



**Município da
Marinha Grande**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 03 SESSÃO ORDINÁRIA 29.04.2022

MANDATO 2021/2025

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022**

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, **sob a presidência** de Aníbal Manuel Curto Ribeiro e secretariada por, Ana Paula Duarte Cardoso primeira secretária e, segunda secretária, Ângela Domingues de Sousa, **reuniu na modalidade mista**, que combinou o formato presencial no auditório do edifício da Resinagem, sito na Praça Stephens, e o meio digital através da plataforma zoom, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 3.º da Lei 1-A/2021, de 13 de janeiro, na sua redação atual, **em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Marinha Grande** com a seguinte ordem de trabalhos: _____

1. **APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.ºs 8 e 9/2021**, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; _____
2. **APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021 DA EMPRESA MUNICIPAL TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M., Unipessoal, S.A.**, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; _____
3. **APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, RELATIVO AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2021**, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; _____
4. **APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - ADCL – Águas do Centro Litoral, S.A., Valorlis, S.A., Lusitânia Gás, S.A. CENTIMFE, OPEN e Cooppovo, CRL**, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; _____
5. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, RELATIVOS AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2021**, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; _____
6. **APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA**, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. _____

vvvvv

Para além dos membros da Mesa, marcaram presença os seguintes deputados: _____

Bancada do Mais Movimento pela Marinha (+MPM): Carlos Wilson da Silva Batista, Luiz Manuel Ferreira Branco, Lisa Manuela Bordalo Barata, João Cravo Nunes da Silva Granja, Vanessa Andreia Feliciano e Rocha, Jorge Manuel Domingues Fragoso Brígido e Carlos Jorge Dias Alves; _____

Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU): Susana Paula Ribeiro Domingues, Luís António Geria Barreiros, Maria Clementina Loureiro Esperança, Maria Etelvina Lopes Rosa Ribeiro e André Pereira Ruivaco Fernandes; _____

Bancada do Partido Socialista (PS): Ana Catarina Sousa da Silva Carlos, Cláudia Fabiana Gaspar de Brito Perfeito, Luís Vasco Amado de Jesus Pedroso e Rafael da Costa Almeida; _____

Bancada do Partido Social Democrata (PSD): Manuel José Cardoso Santos; _____

Bancada do Bloco de Esquerda (BE): Nuno Miguel Lopes Machado; _____

e ainda os seguintes **Presidentes de Junta de Freguesia:** _____

Marinha Grande: Cristina de Jesus e Sousa (+MPM); _____

Moita: Teresa Rita Barosa Monteiro (CDU); _____

Vieira de Leiria: Álvaro Pinto Cardoso (PS). _____

v v v v v

Estiveram ainda presentes, pelo **Órgão Executivo**, o Presidente da Câmara Municipal, Aurélio Pedro Monteiro Ferreira, os Vereadores João Emanuel de Brito Filipe, António Fragoso Henriques e Orlando Jónia, e as Vereadoras Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro, Ana Laura Lopes Rogério Baridó e Lara Marques Lino. _____

v v v v v

De acordo com o disposto no art.º 49º do Regimento, foram ainda **admitidas as respetivas substituições** dos seguintes deputados: Luís Guerra Marques (CDU) pela deputada Maria Etelvina Lopes Rosa Ribeiro (CDU), Artur Jorge Rosa dos Santos (+MPM) pelo deputado Carlos Jorge Dias Alves (+MPM), Filipe Ferreira Duarte (CDU) pelo deputado André Pereira Ruivaco Fernandes (CDU), Francisco Manuel de Jesus Soares (PS) pelo deputado Rafael da Costa Almeida (PS), Rita Lourenço de Sousa (+MPM) pela deputada Ângela Domingues de Sousa (+MPM) e Franclim de Sousa Ventura (CDU_PJM) por Teresa Rita Barosa Monteiro (CDU_JM). _____

vvvvv

Após a verificação da existência de quórum, com a presença de vinte e quatro deputados, nos termos do disposto no artigo 11º do Regimento, pelas vinte horas e quarenta minutos, **o Presidente da Mesa**, Aníbal Curto Ribeiro, declarou aberta a sessão. _____

vvvvv

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa declarou aberto o período antes da ordem do dia pelas vinte horas e quarenta minutos. _____

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado André Fernandes (CDU)** que apresentou o seguinte um **VOTO de HOMENAGEM** a Adriano Correia de Oliveira: _____

“Voto de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira

Adriano Correia de Oliveira nasceu no Porto, em 9 de abril de 1942, e morreu em Avintes, em 16 de outubro de 1982, pelo que se completam 80 anos do seu nascimento, o que está a ser alvo de diversas iniciativas organizadas a nível nacional por parte de uma Comissão Executiva nomeada pelo Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, que inclui concertos musicais, edição de livros, debates e exposições itinerantes por todo o país.

Após concluir os estudos secundários no antigo Liceu Alexandre Herculano, Adriano matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1959, onde teve uma intensíssima participação no meio cultural e desportivo ligado à academia.

Adriano, foi um músico português intérprete da canção de Coimbra e cantor de intervenção. São célebres algumas das suas canções, com poemas de poetas contemporâneos como Manuel da Fonseca, António Gedeão e Manuel Alegre, como “A Trova do vento que passa”, espécie de hino da resistência dos estudantes à ditadura de Salazar. Diversos álbuns foram editados pela Orfeu, desde 1967, como “Adriano Correia de Oliveira”, “O Canto e as Armas”, “Cantaremos”, “Que nunca mais” e “Cantigas Portuguesas”. Mas outros singles e EP’s foram publicados antes e depois do 25 de Abril de 1974. Recebeu várias condecorações, designadamente Comendador da Ordem da Liberdade e Grande – Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.”.

*Este **Voto de Homenagem** foi **aprovado** por **unanimidade***

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Álvaro Cardoso (PS_PJVL)** que enalteceu a forma como decorreu as comemorações do 25 de Abril e que, apesar da informação veiculada por um órgão de comunicação social, não existe nenhuma quezília entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Vieira de Leiria.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Luiz Branco (+MPM)** que referiu que teve 4451 páginas para analisar para que pudesse votar em consciência. Referiu que aquando da reunião da Comissão de acompanhamento do PDM, a CCDR mostrou toda a abertura para que a revisão do PDM seja concluída. Mais informou que o ICNF deu parecer desfavorável ao alargamento das zonas industriais, tanto da Vieira de Leiria como da Marinha Grande, o alargamento de S. Pedro de Moel a Sul e à lota na Praia da Vieira.

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Cistina Sousa (+MPM_PJMG)** que felicitou a Câmara Municipal pela organização das Comemorações do 25 de Abril e deixou uma palavra de apreço e gratidão para todas as Associações que colaboraram e/ou organizaram iniciativas neste âmbito. Referiu alguns alertas ao executivo camarário após seis meses de governação. Parabenizou, também, a Câmara Municipal pela atribuição do galardão da Bandeira Azul a algumas praias do Concelho.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que parabenizar a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia pela organização dos festejos de comemoração do 25 de Abril e a Câmara Municipal em especial pela candidatura à bandeira azul. Referiu o mau estado dos passadiços entre S. Pedro de Moel e a Praia Velha, falou sobre os trabalhos na ciclovia entre a Marinha Grande e S. Pedro de Moel, entre outros. Questionou a Câmara Municipal sobre o Conselho Municipal de Segurança.

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Etelvina Ribeiro (CDU)** que deixou uma saudação do 25 de Abril e do 1º de Maio:

“Saudação ao 48º aniversário do 25 de Abril e do 1º de Maio em liberdade e, dos 46 anos da Constituição da República Portuguesa.

Este ano os trabalhadores e o povo português comemoram o 48º aniversário do 25 de Abril e, conseqüentemente, o 48º aniversário do 1º de Maio em Liberdade. Comemoram também os 46 anos da Constituição da República Portuguesa, aprovada em 02 de abril de 1976 e que continua a ser garante de importantes direitos políticos, económicos, sociais e culturais dos trabalhadores e do povo português.

A Revolução de Abril constitui uma realização de vontade popular, uma afirmação de liberdade, emancipação social e independência nacional que pôs fim a 48 anos de ditadura e conduziu a profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais que constituem marcos históricos na senda da liberdade e do progresso social. As comemorações da Revolução de Abril, no ano em que se assinala os 48 anos da constituição da república, devem ser um momento para proclamar os princípios nela consagrados e afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os

trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do país, uma política que respeite o poder local democrático e o que ele representa de espaço, afirmação e realização de direitos e aspirações populares.

O 1ª de Maio, em liberdade, em 1974 constituiu a promoção de um ato de indiscutível legitimação popular da Revolução de Abril. Neste dia não esquecemos a luta, o sacrifício da unidade de trabalhadores que em todo o Mundo conquistaram direitos laborais e sociais e que abriram as portas à construção de sociedades mais justas e solidárias. Passados 136 anos sob os massacres de Chicago que estiveram na origem do 1º de Maio, os trabalhadores continuam a lutar pela sua emancipação, contra a exploração e melhores condições de vida e de trabalho. As comemorações do 1º de Maio devem ser mais um momento para valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores, combater o desemprego, a precariedade, os baixos salários e pensões e lutar pela efetivação dos direitos individuais e coletivos contrariando o recurso a prestadores de serviço de trabalho temporário, dignificando as condições dos trabalhadores garantindo-lhes pleno emprego.

Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujo os elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base de uma política que sirva Portugal e os portugueses, pelo direito ao trabalho com direitos, contra a precariedade e discriminações, pelo direito à maternidade e paternidade sem penalizações, pelo aumento geral dos salários e do salário mínimo nacional para fazer face ao aumento do custo de vida, pela redução do horário de trabalho contra os horários desregulados porque é necessário ter tempo para a família e para o lazer, pela valorização das carreiras profissionais.

Vamos comemorar o 1º de Maio, apelamos à participação de todos na grande manifestação de festa e de luta que se realiza na cidade de Leiria com concentração na Avenida 22 de Maio, pelas 15h30 sob o lema "Lutar e Conquistar Para o País Avançar". Apelo a todos a participação no 1º de Maio."

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador António Fragoso** que prestou as seguintes informações:

Conselho de Segurança – terá o seu início muito brevemente.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador João Brito** que prestou as seguintes informações:

Redes Viárias e Acessibilidades – está a ser realizado o planeamento;

Parque do Ribeiro de S. Pedro – estão referenciadas todas as anomalias bem como o mobiliário urbano que vai ser reparado;

Saneamento e Abastecimento de Água – está previsto em orçamento para o lugar das Trutas, bem como para outros locais, é para viabilizar. Está em procedimento o processo para a execução da rede de saneamento para as chamadas “ilhas”;

Bandeira Azul – foi o resultado de uma candidatura planeada;

Passadiços – os passadiços vão ser reparados antes do início da época balnear;

Rua Pôr-do-Sol – irá estar reparada antes do início da época balnear;

Limpeza das Bermas – relativamente à limpeza das bermas da mata e circuitos, ficou de verificar a situação.

v v v v v

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara Aurélio Ferreira** que prestou as seguintes informações:

Adução dos Altos Picotes – é um processo que está em execução em 2 fases

v v v v v

Terminadas as intervenções no período antes da ordem do dia e por se tratar de uma sessão ordinária, e dando cumprimentos ao estipulado no nº 1 do artigo 16º e no artigo 18º do Regimento, **o Presidente da Mesa** informou que estão reunidas as condições para o período de INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1 – A Sr.ª Flávia Alexandra Pereira da Silva, residente na Marinha Grande, que abordou o seguinte assunto:

Situação dos projetos de licenciamento nº 456/20 e 457/20.

A sua intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ *Anexo 1*

v v v v v

2 – O Sr. António Aires Rodrigues, residente na Marinha Grande, que abordou o seguinte assunto:
Extensão de saúde da Moita e S.U.B.

A sua intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ *Anexo 2*

v v v v v

3 – O Sr. Virgílio de Sousa Gregório, residente na Marinha Grande, que abordou os seguintes assuntos:

Estátua do Monumento ao 18 de Janeiro, P.D.M., estradas e ruas do Concelho, passeios, localidade de S. Pedro de Moel e estrada da Metalúrgica.

v v v v v

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Baridó** que prestou as seguintes informações:

Extensão de Saúde da Moita – deu conta da reunião efetuada sobre o assunto e os dados que foram transmitidos era que, dos cerca 1.500 habitantes da Moita, apenas 23 utentes não têm médico de família. Com base nestes dados foi dada a informação, por parte do Agrupamento de Centros de Saúde de que seria praticamente impossível colocar uma equipa em permanência no Centro de Saúde da Moita, tendo em conta o número de utentes. Com base na informação foi proposto a criação de um Balcão SNS24 para ajudar nos pedidos de receituários, na entrega de exames e teleconsultas.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador João Brito** que prestou as seguintes informações:

Rua da Indústria Metalúrgica – está em projeto com uma parte da Rua das Cavadas;

Sinalização – vai ser verificado.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Monteiro** que prestou as seguintes informações:

Monumento 18 de Janeiro – está numa fase conclusiva do processo de reabilitação do Monumento.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara Aurélio Ferreira** prestou as seguintes informações:

Licenciamento de Obras – informou que é uma divisão que há muitos anos é um problema e que estão a tentar resolver

vvvvv

Cerca das vinte e duas horas e dez minutos, o **Presidente da Mesa** apresentou e colocou à apreciação, discussão e votação, os pontos da ordem de trabalhos, incluídos na ordem do dia, conforme previsto no artigo 19º do Regimento. _____

ORDEM DO DIA

vvvvv

PONTO 1 - **APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.ºs 8 e 9/2021** _____

O **Presidente da Mesa** pôs em apreciação a **ata nº 8/2021** da sessão extraordinária de 19.11.2021 e, como não houve correções a fazer, submeteu a mesma à votação tendo esta sido **aprovada por maioria**, com dezoito votos a favor e seis abstenções, por ausência dos deputados na referida

sessão, conforme disposto no nº3, do artigo 34º, do Código de Procedimento Administrativo na redação atual.

O Presidente da Mesa pôs em apreciação a **ata nº 9/2021** da sessão ordinária de 29.12.2021 e, como não houve correções a fazer, submeteu a mesma à votação tendo esta sido **aprovada por maioria**, com dezassete votos a favor e sete abstenções, por ausência dos deputados na referida sessão, conforme disposto no nº3, do artigo 34º, do Código de Procedimento Administrativo na redação atual.

vvvvv

PONTO 2. – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021 DA EMPRESA MUNICIPAL TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M., Unipessoal, S.A.

“Presente certidão de teor nº 32/2022/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião ordinária de 26 de abril de 2022: _____

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro não participou na discussão e votação deste assunto, tendo comunicado o seu impedimento, nos termos do artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é a Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M.. _____

O Sr. Presidente declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código. _____

Presente Relatório de Gestão e Contas de 2021 da empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A., acompanhados de Relatório e Parecer do Fiscal Único, Certificação Legal das Contas. _____

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento do teor dos documentos e remeter os mesmos, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, à Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea b) do n.º 2 do art.º 25.º do mesmo diploma. _____

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.” _____

vvvvv

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande, **tomou conhecimento** do Relatório de Gestão e Contas de 2021 da empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A., bem como do Relatório e Parecer do Fiscal Único, Certificação Legal das Contas, em conformidade com o previsto na alínea b), do n.º 2, do artigo n.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Luiz Branco (+MPM)** que referiu que os tarifários praticados não são atualizados pelo oitavo ano consecutivo estando a vigorar os tarifários de 2009. Mais referiu que, em 2009 foram lançadas as linhas azul e verde, em 2011 a linha vermelha e amarela, em 2015

a linha roxa, em 2018 houve uma reestruturação da linha vermelha, verde e roxa e o lançamento da linha rosa para a freguesia da Moita, em 2019 a linha laranja para a freguesia da Vieira de Leiria, em 2020 a linha branca para S. Pedro de Moel e em 2021 não houve nada. Fez alusão à falta de uma linha do TUMG que sirva a zona industrial da Marinha Grande

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Susana Domingues (CDU)** que afirmou ser uma defensora do serviço prestado pela TUMG, considerando ser uma alternativa pública indispensável à mobilidade dos munícipes, apelando ao executivo o compromisso de assegurar a sua continuidade.

A sua intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ *Anexo 3*

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Cláudia Perfeito (PS)** que reforçou que o P.S. sempre defendeu que a TUMG deva existir. Referiu ainda que os valores apresentados no presente relatório refletem as consequências do período pandémico que se atravessou.

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que referiu que deveria haver uma discussão, no bom sentido, para sejam encontradas novas soluções tanto para TUMG como para a mobilidade ou qualquer outra alternativa, para que se consiga atingir um maior bem-estar e uma maior comodidade para todos os munícipes.

vvvvv

PONTO 3 – APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, RELATIVO AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2021

“Presente certidão de teor nº 33/2022/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião ordinária de 26 de abril de 2022: _____

Presente o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação relativo ao exercício económico de 2021. _____

A Câmara Municipal, após a análise dos documentos e no cumprimento do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera aprovar o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, relativo ao exercício económico do ano de 2021, constituído por 805 páginas, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo diploma legal. Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta. _____

vvvvv

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande, **tomou conhecimento** do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, relativo ao exercício económico do ano de 2021, constituído por 805 páginas, em conformidade com o previsto na alínea l), do n.º 2, do artigo n.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.

vvvvv

PONTO 4 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - ADCL – Águas do Centro Litoral, S.A., Valorlis, S.A., Lusitânia Gás, S.A. CENTIMFE, OPEN e Coopovo, CRL _____

“Presente certidão de teor n.º 34/2022/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião ordinária de 26 de abril de 2022: _____

Presentes as contas do exercício de 2021 das entidades participadas pelo Município da Marinha Grande, a saber: _____

Relatório e Contas do exercício económico de 2021 da entidade ADCL - Águas do Centro Litoral, S.A. acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único. _____

Relatório e Contas do exercício económico de 2021 da entidade VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único. _____

Relatório de Gestão e Contas do exercício económico de 2021 da entidade LUSITANIAGÁS, S.A., acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único. _____

Relatório e Contas do exercício económico de 2021 da entidade CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer da Comissão de Fiscalização. _____

Relatório e Contas do exercício económico de 2021 da entidade OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio, acompanhadas de Certificação Legal de Contas e Parecer da Comissão de Fiscalização. _____

Relatório e Contas do exercício económico de 2021 da entidade COOPPOVO – Cooperativa de Consumo do Povo da Marinha Grande, CRL, acompanhadas de Parecer do Conselho Fiscal. _____

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento do teor dos documentos e remeter os mesmos, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, à Assembleia Municipal para cumprimento do preceituado na alínea b) do n.º 2 do art.º 25.º, do mesmo diploma. _____

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.” _____

vvvvv

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande, **tomou conhecimento** dos Relatórios e Contas do exercício económico de 2021, acompanhados da respetiva Certificação Legal de Contas e Pareceres, respeitantes às seguintes entidades participadas pelo Município da Marinha Grande:

- ADCL - Águas do Centro Litoral, S.A;
- VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.;
- LUSITÂNIA GÁS, S.A.;
- CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos;
- OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio;
- COOPPOVO – Cooperativa de Consumo do Povo da Marinha Grande, CRL.,

em conformidade com o previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo n.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.

vvvvv

PONTO 5 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, RELATIVOS AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2021 _____

“Presente certidão de teor n.º 35/2022/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião ordinária de 26 de abril de 2022: _____

Presentes os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2021, constituídos por: _____

Demonstrações Financeiras, incluindo: _____

- Balanço _____

- Demonstração de Resultados _____

- Anexos às Demonstrações Financeiras _____

Demonstrações Orçamentais, incluindo: _____

- Anexo às Demonstrações Orçamentais _____

Relatório de Gestão _____

E restantes documentos de prestação de contas, conforme a Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, do Plenário Geral do Tribunal de Contas, de 13 de fevereiro de 2019, publicada no Diário da República n.º 46 – 2.ª Série, de 6 de agosto de 2019 e Resolução n.º 2/2021, da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, de 9 de dezembro, publicada em Diário da República, 2.ª Série, n.º 248, de 24 de dezembro de 2021, _____

os quais se encontram integralmente elaborados, para apreciação e votação devendo posteriormente ser arquivados nos serviços financeiros, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. _____

Considerando que nos termos do disposto no n.º 4 artigo 52.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, Lei n.º 97/98, de 26 de agosto, as entidades previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 51.º

do mesmo diploma, cuja aprovação de contas dependa de deliberação de um órgão colegial, devem remeter as contas ao Tribunal de Contas até 30 de abril do ano seguinte àquele a que respeitam. _____

A Câmara Municipal, após apreciação dos documentos indicados e no cumprimento da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2021 e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea l), do n.º 2, do artigo 25º, do mesmo diploma. _____

Mais delibera, propor à Assembleia Municipal que aprove a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2021, no montante de 1.107.554,59 euros sob a forma de Resultados Transitados. _____

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU, Lara Lino e Orlando Joia, que proferiram a seguinte declaração de voto:
"Após a análise da prestação de contas relativas ao exercício económico do ano de 2021, cumpre-nos tecer as seguintes considerações. _____

Em primeiro lugar uma palavra de agrado para o empenhamento dos funcionários na elaboração deste extenso, detalhado e importante documento. _____

Tratando-se de um documento que reflete a execução do orçamento e sucessivas modificações, as nossas considerações e críticas irão recair, obviamente, sobre a execução orçamental, embora os responsáveis pela execução orçamental não seja exatamente o atual executivo cumpre-nos fazer a nossa análise, deixando à consideração do atual executivo o que não gostaríamos de observar nos documentos do ano de 2022. _____

Analisando a execução orçamental da receita, temos, por um lado, a receita corrente, com um valor de 97%, o que seria de esperar, na receita de capital apenas ficamos apenas pelos 56% de execução, revelando que o capital ficou aquém do previsto em Orçamento isto é, não conseguimos receber o que tínhamos previsto em orçamento nomeadamente em "transferências de capital", uma vez que quando as candidaturas não são executadas, ou seja, quando não há obra, não há lugar a transferência de verba por parte das entidades, neste caso concreto o município deixou de receber 2 milhões 959 mil euros. _____

Analisando as despesas correntes, temos uma taxa de execução que ascende a 83%, o que seria também expectável, tratando-se de despesas perfeitamente identificadas, seria de esperar uma boa execução orçamental, o que se verificou. Destacamos que, nas transferências para instituições sem fins lucrativos, do montante de 1.129.329€, apenas 109 mil euros se destinaram a área cultural, investimento que gostaríamos de ver reforçado no próximo ano. _____

Por outro lado, as despesas de capital apresentam uma execução orçamental de 29%. Tal como vem sendo habitual a taxa de execução de despesas de capital revela-se muito aquém das necessidades do concelho e continuamos a não compreender como é que, num concelho onde tanto há por fazer não se consegue executar nem 30% daquilo que foi previsto. Até parece que quem prevê as obras não é quem as executa, ou quem as poderia executar. _____

Importa verificar que, do montante global do orçamento, que ascende a 42 milhões, 475 mil euros apenas 18 milhões são afetos a despesas de capital e ainda assim, com tantas necessidades que a cidade apresenta não conseguimos executar este valor. _____

Destacamos, de seguida, algumas áreas, onde a execução orçamental se revelou baixíssima embora as necessidades nessas mesmas áreas de intervenção estejam perfeitamente identificadas! _____

- DESPESAS DE CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTO E EDIFÍCIOS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR _____

Grau de Execução orçamental: 5,94% _____

- DESPESAS DE CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTO E EDIFÍCIOS DO ENSINO BÁSICO _____

Grau de Execução orçamental: 24,87% _____

- CONSTRUÇÃO DE CRECHE NO ANTIGO EDIFÍCIO DA IVIMA _____

Grau de Execução orçamental: 13,84% _____

- ATIVIDADES DIVERSAS NO ÂMBITO DO DESPORTO ESCOLAR _____

Grau de Execução orçamental: 15,88% _____

- REQUALIFICAÇÃO URBANA _____

Grau de Execução orçamental: 31,73% _____

- INFRAESTRUTURAS DE PARQUES E JARDINS _____

Grau de Execução orçamental: 5,74% _____

- CANDIDATURA "PROGRAMA CULTURAL EM REDE" - "À MESA TAMBÉM SE CANTA" _____

Grau de Execução orçamental: 18,73% _____

Projeto: à descoberta das 4 cidades, no âmbito das germinações _____

Grau de Execução orçamental: 16,56% _____

- INFRAESTRUTURAS DESPORTIVAS _____

Grau de Execução orçamental: 4,66% _____

- PARQUES INDUSTRIAIS _____

Grau de Execução orçamental: 21,61% _____

- MERCADOS E FEIRAS _____

Grau de Execução orçamental: 22,91% _____

De realçar que, nas rubricas de Saneamento e Abastecimento de água, a execução orçamental ascendeu a 71% e 45% o que, embora não seja o ideal, é uma taxa de execução melhor do que as anteriormente apresentadas e sendo esta uma questão por que muito nos temos batido congratulamo-

nos e fazemos votos para que o saneamento e abastecimento de água seja uma realidade para todos os municípios o mais breve possível. _____

Em suma, o que verificamos nesta prestação de contas do último ano de mandato mais não é do que assistimos todo o mandato. Ainda que com os orçamentos aprovados não foi possível executar obra, perderam-se inúmeras candidaturas e com isso milhões de euros que podiam estar traduzidos em obras tão necessárias à população. Esperamos que, aquando da aprovação das contas do ano de 2022 esta situação possa ser invertida e que comecemos a ver a Marinha Grande a crescer.” _____

Esta deliberação foi aprovada em minuta. _____

vvvvv

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande, **apreciou e aprovou** os Documentos de Prestação de Contas do Município da Marinha Grande relativos ao exercício económico de 2021, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual e **aprovou** também a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2021, no montante de 1.107.554,59 euros, sob a forma de Resultados Transitados.

Esta deliberação foi tomada por maioria com 18 votos a favor e 6 abstenções.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Rafael Almeida (PS)** que referiu que o atual executivo camarário herdou uma situação financeira sólida e equilibrada. Realçou, também, que com o trabalho realizado pelo anterior executivo estão reunidas as condições para um maior desenvolvimento sustentável da Marinha Grande.

A sua intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ *Anexo 4*

vvvvv

Usou da palavra, o **deputado Luís Barreiros (CDU)** que referiu que o executivo municipal não cumpriu com eficácia e eficiência o papel para o qual foi eleito. Mais referiu que muitas das obras ansiadas e os investimentos necessários, continuam no papel e não passam de intenções.

A sua intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ *Anexo 5*

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que proferiu a seguinte **declaração de voto**:

“Declaração de Voto dos Deputados eleitos pela Coligação Democrática Unitária:

Sobre a Atividade Municipal e Situação financeira, mencionar a declaração de voto das vereadoras CDU, na passada reunião de Câmara de 26 de abril, e reiterando que sabemos que o atual relatório reflete o trabalho do anterior executivo, mas vale como alerta para o atual, naturalmente, quanto aos cenários que não gostaríamos de ver repetidos em 2022.

Nomeadamente: na questão da receita de capital, que ficou aquém do previsto em orçamento, também porque no que respeita a candidaturas não executadas, ou seja, quando não há obra, há lugar a não recebimento das verbas participadas por partes das entidades respetivas, e só aqui deixámos de receber quase 3 milhões de euros (2.959.000).

Já nas despesas de capital, a taxa de execução ficou-se nos meros 29%, à semelhança dos anos anteriores, muito aquém das reais necessidades dum concelho com tanto por fazer. E note-se que num orçamento de 42 milhões 475 mil euros, apenas destinámos 18 milhões a este tópico, e mesmo assim... Na conservação de equipamentos e edifícios do ensino pré-escolar, por exemplo, apenas cumprimos 5,94%, do ensino básico 24,87%. No desporto escolar, 15,88% nas infraestruturas desportivas, 4,66 %. A maior ressalva, que reconhecemos, foi a melhoria na execução nas rubricas de Saneamento e Abastecimento de Água, que é uma matéria em que nos temos empenhado fortemente e esperamos que finalmente venha a ser o serviço de qualidade que os marinhenses merecem.”.

v v v v v

PONTO 6 – APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA _____

v v v v v

Tomou a palavra, a **deputada Cláudia Perfeito (PS)** que solicitou esclarecimento sobre o relatório apresentado, nomeadamente, a situação atual das piscinas municipais, do patinódromo e, relativamente, à época balnear. Em relação à Rua do Pôr-do-Sol, em S. Pedro de Moel, questionou se a obra a ser realizada no vale irá prevenir outras derrocadas. Questionou, também, sobre em que ponto se encontra a concessão do apoio de praia nas Pedras Negras, bem como a construção das Piscinas Oceânicas.

v v v v v

Tomou a palavra, a **deputada Vanessa Rocha (+MPM)** que salientou a forma clara e calma da transição de mais de 200 pessoas para os quadros da Câmara Municipal. Parabenzou a organização dos festejos comemorativos do 25 de Abril e a atribuição da Bandeira Azul referindo que gostaria de neste mandato parabenizar o executivo camarário pela atribuição da bandeira azul a todas as praias do concelho.

A sua intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 6

v v v v v

Tomou a palavra, a **deputada Etelvina Ribeiro (CDU)** que referiu as preocupações da bancada da CDU em relação à falta de atendimento médico na extensão de saúde da freguesia da Moita, solicitando a resolução da mesma.

A sua intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 7

v v v v v

Tomou a palavra, o **deputado João Granja (+MPM)** que agradeceu ao executivo camarário bem como ao serviço Municipal de Proteção Civil pelo trabalho desenvolvido no âmbito da implementação do Programa Municipal de Desfibrilhação Automática Externa.

A sua intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 8

v v v v v

Tomou a palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que fez referência aos atrasos nas emissões das licenças de construção considerando, a bancada da CDU, gravíssima a atitude do município nesta matéria. Referiu, também, a descentralização dos serviços fazendo referência aos graves problemas de meios e de financiamento à autarquia.

A sua intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 9

v v v v v

Tomou a palavra, a **deputada Ana Carlos (PS)** que solicitou informação sobre o andamento das obras na Escola Básica da Moita. Em relação ao Pavilhão Gimnodesportivo, prometido para a Moita, solicitou informação sobre o ponto de situação do projeto.

v v v v v

Tomou a palavra, o **deputado Álvaro Cardoso (PS)** que felicitou a atribuição da Bandeira Azul às praias de S. Pedro de Moel e Praia Velha referindo que também luta pela atribuição deste galardão à Praia da Vieira deixando esse repto ao executivo. Demonstrou a sua preocupação com a época balnear. Solicitou informação sobre o processo referente à marca “Praia da Vieira – Capital do Iodo”, pois este projeto irá ter um impacto muito significativo ao nível turístico tanto nacional como internacional.

v v v v v

Tomou a palavra, a **deputada Susana Domingues (CDU)** demonstrou a sua indignação pela forma com as Associações do Concelho sem fins lucrativos estão a ser tratadas, como por exemplo, uma Associação do Concelho que está anos em dia para com o Município, quando no município já passaram vários executivos sem que nenhum deles tenha tido qualquer atitude para com essa instituição, solicitando que o que aconteceu com esta Instituição não se passa com mais nenhuma Associação do Concelho. Mais solicitou a colocação de lombas ou sinalização semafórica de controlo de velocidade na Avenida José Gregório, ao pé do Parque do Engenho, devido à velocidade em que se transita na referida artéria.

v v v v v

Tomou a palavra, o **deputado Luiz Branco (+MPM)** que solicitou que aquando das reuniões da CIMRL que se façam reuniões preparatórias com os deputados municipais, eleitos para representarem a Assembleia Municipal, antes das reuniões da CIMRL.

v v v v v

Tomou a palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que referiu que durante os últimos quatro anos como deputado municipal apresentou várias propostas, em nome do Bloco de Esquerda, por causa da Ribeira dos Milagres para que fossem tomadas as devidas providências sobre o grave problema que atingia Viera de Leiria, afetando posteriormente todas as praias que se encontram para sul. Mais referiu que parece que só agora é que se acordou para o problema da poluição na Foz do Rio Lis.

v v v v v

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador João Brito** que prestou as seguintes informações:

Patinódromo – A aguardar a versão final do projeto.

Passadiços – O nosso projeto é fazer uns passadiços como deve ser, uns passadiços modernos.

Rua Pôr-do-Sol – O projeto foi feito num todo.

Pedras Negras – É nossa intenção colocar uma infraestrutura de Apoio de Praia.

Praia da Vieira – Vai ter a Bandeira de Praia Acessível e a cadeira anfíbia.

Escola da Moita – O empreiteiro não aparece para fazer a obra.

Estuarino – É nosso projeto requalificar o Estuarino.

v v v v v

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Monteiro** que informou do agendamento de uma reunião com a Associação referida pela Deputada Susana Domingues.

v v v v v

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Piscinas Municipais – O processo está em revisão.

Patinódromo – O processo está em revisão.

Piscinas Oceânicas – Já tiveram uma reunião com os donos das piscinas e referiu que o espaço é propriedade privada.

Polidesportivo da Moita – É nosso projeto lançar este ano o processo.

v v v v v

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra ao **Vereador António Fragoso** que prestou as seguintes informações:

Plano de Mobilidade e Acessibilidades – Está em andamento os planos de mobilidade acessibilidades para o concelho da Marinha Grande.

T.U.M.G. – O plano de mobilidade também vai estudar as linhas da T.U.M.G..

v v v v v

Nos termos do nº 4 do artigo 39º do Regimento e do nº 3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta, todas as deliberações tomadas na presente sessão. _____

vvvvv

Dando cumprimento à alínea c) do nº1 do artº 30º do RJAL, o Presidente da Mesa deu por encerrada esta sessão ordinária, pelas vinte e três horas e cinquenta e oito minutos, da qual se se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Rui Jorge Monteiro Fidalgo Germano que a redigi, nos termos do nº 2 do artigo 57.º do RJAL aprovado pela Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. _____

O Presidente da Assembleia Municipal

Aníbal Manuel Curto Ribeiro)

Pelo Gabinete de apoio à Assembleia Municipal

Rui Jorge Monteiro Fidalgo Germano

(Assistente Técnico nº 133)



Município da
Marinha Grande

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATO 2021/2025

ANEXOS

SESSÃO ORDINÁRIA

29.04.2022

ANEXO 1

SESSÃO ORDINÁRIA

29.04.2022

Assunto:

Data:



Reunião de Assembleia:

-> Muito Boa noite a todos,
-> Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia e restante mesa, o Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Srs. Deputados.
O que me trás a esta intervenção prende-se com a situação de 2 projectos de licenciamento para a construção de 2 moradias, o nº 456/20 e o nº 457/20 já muito conhecidos nos corredores do edifício da Câmara Municipal. Estes projetos foram colocados a 4 de Novembro de 2020. Em Julho de 2021 foi nos enviado ao Ofício dando-nos conta da existência do canal de águas no lote da construção, facto que desconhecíamos até à data, visto que o mesmo lote dispõe de saneamento, o que nunca nos fez desconfiar da existência dessa infraestrutura. Depois de muito questionamento sobre a razão de termos nos Municipais de suportar a totalidade da despesa da obra da via pública pertencente ao Município, e após em Setembro 2020 ajuda ao Executivo anterior, na reunião do dia 13 desse mesmo mês foi então aprovado o projecto

WEGeuro - Indústria Eléctrica, S.A.
NIF: PT 506 177 521 | CRC Maia
Capital Social: 5.836.801€
info-pt@weg.net
www.weg.net/pt

Maia - Fábrica e Escritórios:
Rua Eng. Frederico Ulrich, Z1, Maia
Sector V | 4470-605 Maia | Portugal
Endereço Postal:
Apartado 6074 | 4471-908 Maia

Telef.:
Vendas Nacionais: (+351) 252 147 518
Compras: (+351) 229 477 769
Contabilidade: (+351) 229 477 711

Santo Tirso - Fábrica e Escritórios:
Rua António Joaquim Campos Monteiro, 510
Santa Cristina Couto | 4780-165 Santo Tirso
Recepção: (+351) 252 147 460

para conclusão da rede de abasteci-
mento de águas da mesma rua,
aparentemente ajuda 5/10 para
a sua reconstrução e apesar de termos
conhecimento de que em municípios
vizinhos, como Liria, Pombal e
Figueira da Foz os custos para a
mesma sinuação são divididos
em partes iguais e ajuda
apesar do valor de esgoto que para
um de superior a reconstrução
da totalidade ajuda temos que
entregar à câmara. Aceitamos
fazê-lo e entregamos o projeto
da referida obra e os prazos e
todas as formalidades impostas.
Desde essa altura (Julho 2011) não
obtivemos mais respostas formais
até à data. A única utilidade que
~~se~~ obtemos, por intermédios
foi ajuda a necessidade de termos
que superior também os custos de
uma obra de succubio a cobrar
na via pública.

Consideramos inadmissível para não
utilizar termos que possam ter
susceptibilidades, ~~o~~ que nos tem
sido feito neste município. Para
além da constante ausência de
respostas, a prepotência e
arrogância que temos vindo a
ser confrontados pela divisão resposá-
vel pelo processo, tem sido ~~pagante~~
→

Assunto:

Data:



Foram-nos ditas frases como:
"ponho-vos @ Fiscal na obra todos os dias" ou "se quiserem que a câmara pague a obra do railhal têm que esperar nem que sejam 20 ou 20 anos" → o que denota a confiança que os funcionários têm nas decisões tomadas.

Mas consideramos pior ainda, o facto de nos tentarem silenciar dizendo a terceiros que a morosidade de todo o processo se deve à nossa insistência.

E nós silenciámo-nos. Mas os limites estão ultrapassados.

Aborda-se a questão que apesar do nosso trabalho não há mais nada a acrescentar que ~~anulasse~~ o nosso orçamento durante este processo tivemos um aumento do preço da nossa construção de @ de 200 mil euros.

Não fomos já castigados o suficiente?

Espero q, esta minha intervenção não venha a prejudicar ainda mais o processo.

Obrigado.

ANEXO 2

SESSÃO ORDINÁRIA

29.04.2022

Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os Srs. Deputados e todos os que nos estão a ouvir

Como um dos membros da Comissão de Utentes do Centro de Saúde e do S.A.P. 24 H da M^a Grande, venho com extrema preocupação informar a Assembleia Municipal e a população do concelho da impossibilidade, transmitida na reunião de hoje pela sr^a vereadora da Saúde Ana Laura Baridó, em nome do A. C.E. S. do Pinhal Litoral, de conseguir garantir o funcionamento da extensão de saúde da Moita, conforme Resolução aprovada na reunião de 15 de Janeiro, com mais de uma centena de participantes. Perante esta situação a Comissão de Utentes ~~ficou~~ ^{vai} encarregue de convocar uma reunião pública com a população da Moita agendada o próximo dia 14 de Maio. Nesta reunião estará presente uma delegação do A.C.E.S. que exprimirá a sua posição.

Gostaria ainda de informar que na reunião de hoje foram abordadas situações que se vêm vivendo no S.A.P., nomeadamente de falta de médicos às terças e às quintas- feiras.

Este incumprimento por parte da empresa subcontratada não pode continuar porque servirá para ir deixando cair parcialmente o funcionamento do S.A.P. , pois a falta de qualidade na contratação dos médicos vai nesse sentido.

São precisas medidas imediatas para o normal funcionamento do S.A.P. , mas são precisas também medidas de implementação de um Serviço de Urgência Básico,(S.U.B.) que responda às necessidades da população do concelho e sirva de retaguarda para evitar o estrangulamento nas urgências do Hospital de Leiria.

Desde Outubro 2020 que esta Comissão de Utentes, por sugestão dos coordenadores do S.A.P. da M^a Grande, em ligação com os responsáveis do A.C.E.S., têm procurado discutir a implementação deste Serviço de Urgência Básico.

A senhora vereadora da Saúde agendou hoje, para a próxima semana uma reunião sobre este Serviço com a Comissão de Utentes e responsáveis do A.C.E.S.

Tal como no passado, esta Comissão vai estar com a população da M^a Grande para defender um Serviço de Urgência Básico que responda às necessidades da população do concelho, sobretudo agora que as restrições impostas pela Pandemia parecem ter acabado e se torna mais fácil reunir e juntar as pessoas.

ANEXO 3

SESSÃO ORDINÁRIA

29.04.2022



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nº 03/2022

BANCADA CDU – PCP / PEV

Antes da Ordem do Dia:

-Moção Adriano Correia de Oliveira, em anexo;

ORDEM DO DIA - Assembleia Municipal Ordinária – 29.04.2022

ORDEM DO DIA:

2. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021 DA EMPRESA

MUNICIPAL TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M., Unipessoal, S.A., nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; **SUSANA DOMINGUES**

Já por várias vezes o dissemos, e voltamos aqui a deixar claro que somos defensores do serviço prestado pela TUMG, pois consideramos esta uma alternativa pública indispensável à mobilidade dos nossos munícipes.

Por ser este um inegável serviço de interesse público, também neste órgão apelámos, e já ao atual executivo, inclusive, o compromisso de assegurar a sua continuidade.

Pese embora o encargo financeiro que tem representado, com recurso a subsídio camarário, e que é naturalmente um fator de preocupação para todos, também resultante do enquadramento pandémico, temos mantido foco na proposta de soluções, e temos por isso avançado com várias sugestões para a sua potencialização, nomeadamente para os trabalhadores, mas também para as crianças e jovens do nosso concelho. Voltámos a fazê-lo em Fevereiro passado, considerando a própria reorganização dos serviços da câmara, que poderiam, em cooperação com a Administração da TUMG e o Movimento Associativo, encetar esforços no sentido de articular as linhas da TUMG para que na saída da escola tenham percursos coordenados com os horários das várias modalidades desportivas, de música ou arte, prestadas pelas coletividades, bem como articular as linhas da TUMG com os horários dos turnos e incluir a Zona Industrial. Até agora, não houve qualquer resposta quanto às soluções que propusemos, nem nenhuma outra ideia ou proposta surgiram, e por essa razão, a pergunta que se impõe: vai o executivo encetar diligências e esforços, acolhendo as propostas da CDU para dinamizar e potenciar a utilização da TUMG?

ANEXO 4

SESSÃO ORDINÁRIA

29.04.2022

O atual executivo permanente herdou uma situação financeira sólida e equilibrada e com uma capacidade de endividamento na ordem dos 34 M€. Esta a dar continuidade e bem, a obras estruturantes para o concelho, já anteriormente adjudicadas e em execução no montante de cerca de 7 milhões, como por exemplo :

Creche da Ivima,
passadiços das zonas balneares e ciclovias,
a requalificação da adutora (picotes-marinha) e várias redes de abastecimento de água,
conservação e requalificação de ruas,
edifícios e áreas urbanas do nosso concelho.

Ao trabalho feito na área do turismo (como o protocolo com o Parque de dinossauros da Lourinhã, para exposição do plesiossauro retirado das nossas arribas), na área da cultura, com a apresentação dos artistas e programas culturais já contratados, na área do desenvolvimento tecnológico, como o protocolo para a criação do Parque de Ciências e tecnologia, entre outros exemplos que, não tendo sido possíveis de realizar no ano de 2021, foram deixados prontos para o ser em 2022 .

Acreditamos que, com o trabalho realizado pelo anterior executivo, bem como a existência de condições mais favoráveis, nomeadamente o alívio dos constrangimentos provocados pela pandemia, pela capacidade de emdivamento e pela existência de um executivo que suporta as decisões e que não as bloqueia, estão reunidas as condições para um maior desenvolvimento sustentável da Marinha Grande.

ANEXO 5

SESSÃO ORDINÁRIA

29.04.2022



5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, RELATIVOS AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2021, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na redação atual;

Luis Barreiros

Sobre a Atividade Municipal e Situação financeira, mencionar a declaração de voto das vereadoras CDU, na passada reunião de Câmara de 26 de Abril, e reiterando que sabemos que o atual relatório reflete o trabalho do anterior executivo, mas vale como alerta para o atual, naturalmente, quanto aos cenários que não gostaríamos de ver repetidos em 2022.

Nomeadamente: na questão da receita de capital, que ficou aquém do previsto em orçamento, também porque no que respeita a candidaturas não executadas, ou seja, quando não há obra, há lugar a não recebimento das verbas participadas por partes das entidades respetivas, e só aqui deixámos de receber quase 3 milhões de euros (2.959.000).

Já nas despesas de capital, a taxa de execução ficou-se nos meros 29%, à semelhança dos anos anteriores, muito aquém das reais necessidades dum concelho com tanto por fazer. Isto diz-nos com clareza que mais uma vez, a camara não cumpriu com eficácia e eficiência o papel para o qual foi eleita. E note-se que num orçamento de 42 milhões 475 mil euros, apenas destinámos 18 milhões a este tópico, e mesmo assim... Na conservação de equipamentos e edifícios do ensino pré-escolar, por exemplo, apenas cumprimos 5,94%, do ensino básico 24,87%. No desporto escolar, 15,88% nas infra estruturas desportivas, 4,66 %. Esperamos que para o ano possamos ter outro discurso, que o saldo se inverta e se converta em obras, em execução orçamental. Em relação ao apoio ao Movimento Associativo dizer que de 1 milhão e 200 mil euros investidos nas instituições sem fins lucrativos apenas 109 mil euros se destinaram à área cultural, investimento que gostaríamos de ver reforçado em 2022. A maior ressalva, que reconhecemos, foi a melhoria na execução nas rubricas de Saneamento e Abastecimento de Água, que é uma matéria em que nos temos empenhado fortemente e esperamos que finalmente venha a ser o serviço de qualidade que os marinhenses merecem.

ANEXO 6

SESSÃO ORDINÁRIA

29.04.2022

Intervenção Vanessa Rocha
AM 29.04.2022

Ponto:

APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na redação atual.

Boa noite
Presidente da Mesa
Mesa
Presidente
Vereadores
Membros da assembleia,
Público

Gostaria de neste ponto salientar alguns eventos que se passaram neste primeiro trimestre de 2022.

1. Salientar a forma clara, calma e sem notarmos por isso da transição de +200 pessoas para os quadros da CMMG. Devia ser sempre assim, nem sempre o é, e por isso deve ser enaltecido o excelente trabalho feito pela equipa camararia.

2. Dar também os parabéns pela organização das festividades alusivas às comemorações do 25 de abril. Decerto que há pontos a melhorar, mas o importante é existirem e a população marinhense poder participar.

3. E por fim, mas não menos importante a atribuição das Bandeiras azuis às praias de São Pedro e Praia velha, faltado, por agora, a praia da Vieira e Pedras Negras.

Há 23 anos que tal galardão não era atribuído a nenhuma das praias do município.

A bandeira Azul é uma distinção atribuída anualmente pela Fundação para a Educação Ambiental a praias que cumpram um conjunto de requisitos de qualidade ambiental, segurança, bem-estar, infraestruturas de apoio, informação aos utentes e sensibilização ambiental.

Há quem defenda que se 1 das praias do concelho não tem bandeira azul (pelos motivos que todos conhecemos), que as outras também não deveriam de ter.

Meus caros, se queremos resultados diferentes não podemos repetidamente fazer o mesmo.

Há que provar que se 2 das praias do concelho têm qualidade para bandeira azul, a praia da Vieira também o tem e sobretudo que o merece!

Tal não acontece, neste momento, pelos níveis de poluição apresentados na foz do rio Lis.

Temos então que exigir que algo seja feito, pressionar as entidades competentes e colocar este assunto a ordem do dia na CIMRL e pela exigência do controle das ETAR.

É isto que devemos aos Vieirenses.

Gostaria de ainda neste mandato, estar a parabenizar o executivo pelas bandeiras azuis em todas as praias do concelho, incluindo a da praia de Vieira de Leiria

ANEXO 7

SESSÃO ORDINÁRIA

29.04.2022

Centro de saúde e SAP e Extensão da Moita

Apesar de ter sido aqui abordado o tema pelo público (elemento da Comissão do SAP Senhor Aires Rodrigues) e a Senhora Vereadora já explanou as informações, mesmo assim, deixo aqui as preocupações da CDU.

Mais uma vez o tema recorrente na Assembleia Municipal, com especial incidência na Freguesia da Moita por falta de atendimento Médico na extensão de saúde.

Em janeiro realizou-se uma reunião pública com os utentes, em que denunciaram o transtorno que lhes causa a deslocação ao Centro de saúde da Marinha Grande, muitos idosos sem meios próprios de deslocação e que no mínimo precisam dos serviços Médicos um dia por semana.

Colocada mais uma vez a questão a todos os órgãos Institucionais, a resposta positiva ainda não chegou. Realizou-se hoje mesmo uma reunião com a Senhora Vereadora do pelouro da Saúde que deu conhecimento das diligências efectuadas e a possibilidade de minimizar o problema.

Para que os utentes da Freguesia da Moita tenham toda a informação decidiu-se marcar nova reunião com os utentes para o próximo sábado dia 14 de Maio pelas 17h.

Também se discutiu o deficiente funcionamento das Unidades de Saúde Familiar e a recorrente falta de Médicos no SAP, ao que a Vereadora respondeu já estar a tomar medidas urgentes para resolver a situação.

Esperamos que na próxima Assembleia Municipal, já estejam as questões de atendimento Médico e até Administrativo resolvidas, a bem dos Utentes do Serviço Nacional de Saúde, os Marinhenses precisam e merecem mais qualidade nos serviços.

ANEXO 8

SESSÃO ORDINÁRIA

29.04.2022

Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia e restante mesa, Sr Presidente da Câmara e Sr. vereadores, Srs deputados, público presente aí na Assembleia e que nos acompanha a partir de casa.

A primeira vez que comecei a propor um Programa Municipal de Desfibrilhação foi em 2018, através do orçamento participativo para o ano de 2019.

Entre 2018 e 2021, foram várias as vezes que questionei o executivo acerca da implementação de um programa municipal de desfibrilhação e, ao longo desses 3 anos, a única coisa que consegui foi que alguns espaços desportivos municipais fossem equipados com DAEs.

Quem acompanhou o que fui exigindo, ao longo desse período, sabe que ambicionava muito mais, pois haveria muitos mais espaços que poderiam e deveriam ser equipados com DAE. Tentei, inclusivamente, sensibilizar o anterior executivo para que os clubes desportivos da nossa cidade fossem apoiados financeiramente, com o fim de se equiparem com DAEs, tendo obtido sempre a resposta de que tal era ilegal.

Felizmente, em Setembro de 2021, os cidadãos Marinhenses votaram pela mudança e, 6 meses depois, os resultados estão à vista. A Marinha Grande começa agora a ter um Programa Municipal de Desfibrilhação Automática Externa digno desse nome!

Há menos de 6 meses em funções, conseguiu-se definir um plano com cabeça, tronco e membros e, mais importante que isso, avançar para a implementação de cerca de 50% até meados do presente ano.

Gostaria, particularmente, de salientar que o município vai apoiar os clubes federados na nossa cidade, não só na aquisição dos desfibrilhadores, mas também na formação dos operacionais e manutenção do programa de desfibrilhação para os próximos 3 anos. Parece que afinal não era ilegal, como alegava o anterior executivo.

Porque vim aqui muitas vezes lutar pelo combate à morte súbita cardíaca, não podia deixar de vir aqui hoje agradecer ao executivo, em especial à vereadora Ana Laura, o empenho nesta causa. Agradeço também ao Serviço Municipal de Proteção Civil o trabalho desenvolvido nesta temática. E, por último, mas não menos importante, agradecer todo apoio das vereadoras da CDU ao longo destes 3 anos e meio, na defesa da implementação de um programa municipal de desfibrilhação.

Finalizo, desejando que nunca seja necessário recorrer a estes equipamentos, mas com a certeza que demos na última terça feira mais um passo importante no combate à morte súbita cardíaca no nosso concelho.

Obrigado

ANEXO 9

SESSÃO ORDINÁRIA

29.04.2022



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- 6. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA**, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº75/2013 de 12 de setembro, na redação atual.

Maria Loureiro

Nota Introdutória sobre a situação das jovens gerações e nas suas dificuldades pelo contexto de trabalho precário, de baixos salários, sem vínculo, muitos por serem trabalhadores temporários, e nas dificuldades na política da habitação, em resposta aos dados financeiros e económicos mencionados pelo Sr. Presidente da Câmara no período antes da ordem do dia.

Apelo concreto a que se resolva a situação dos atrasos na questão das licenças para construção de habitação própria permanente, como no caso do casal de munícipes – Flávia e João - que interveio no período antes da ordem do dia, sendo que a bancada considera gravíssima a atitude que o município tem tido até ao momento nesta questão concreta, exigindo a sua resignação e silenciamento.

Compete ao município ser uma entidade dinâmica e ativa no garante dos direitos da nossa população, nomeadamente dos mais jovens que querem aqui fixar residência e constituir família.

Temos de trazer à colação o tópico da descentralização dos serviços, que levantam graves problemas de meios e de financiamento à autarquia. Lembrem-se com certeza todos os presentes da posição da CDU, que se distingue do +MPM (MPM e +Concelho), nesta matéria: não estamos, nem nunca estivemos de acordo que a saúde, a educação e área social saíssem da esfera do estado para as autarquias porque é nosso entendimento que ao fazê-lo se ampliam as dificuldades e desigualdades no acesso a estes serviços, e ainda se agravam as diferenças e assimetrias entre as várias regiões do país. Não pudemos, portanto, deixar de registar a preocupação levantada pelo Sr. Presidente, quer no seu discurso na noite de 25 de Abril, quer na sessão solene promovida pela Assembleia Municipal no âmbito da celebração desta data, quanto às dificuldades com que agora se debate o executivo provocadas com esta descentralização. Não se trata da mudança de opinião, que até poderia ser legítima, trata-se somente de procurar compreender o que pretendem fazer sobre esta situação.

É que aqui chegados, só há dois caminhos possíveis, aliás três, se considerássemos a mera resignação, que não acreditamos ser sequer possibilidade para o caso.

Por isso, o que vai fazer o executivo? Vai à luta e faz pressão, reivindicar junto do Estado e do seu governo maioritário PS para que haja lugar à efetiva transferência de meios e financiamento?

Ou o executivo escolhe o caminho de desagregação, retirando a Marinha Grande da Ass. Nacional de Municípios, como outros ameaçam fazer, contribuindo para o enfraquecimento do próprio município? A nós não nos parece ser este o caminho, com todos os defeitos que esta Associação possa ter, pior seria não a integrar.

O que pensa o executivo fazer?